

“Os Laboratórios Clínicos contribuem para a melhoria da Saúde”



Jorge Nunes de Oliveira

É hoje um dado adquirido que os laboratórios de análises clínicas têm uma importância insubstituível no sistema de saúde. Também é perfeitamente compreendido e aceite que o tratamento dos doentes exige equipas multidisciplinares que se articulem e colaborem no sentido de conseguirem os melhores e maiores ganhos para os doentes com custos perfeitamente adequados à realidade da sociedade em que estamos inseridos. Os portugueses têm sido «bombardeados» diariamente com notícias e apontamentos relativamente à crise económica, aos constrangimentos financeiros que o nosso país enfrenta e aos cortes que serão necessários em diversos sectores incluindo o da saúde.

Desde há anos quando se fala de custos em saúde surge de forma recorrente a referência aos laboratórios convencionados procurando dar-se a ideia de que é um sector onde se gasta demasiado ou como sendo aquele que, através de restrições diversas, seria possível resolver o problema dos custos com a saúde.

O facto é que apesar de os exames laboratoriais estarem na base de cerca de 70% das decisões clínicas tomadas pelos médicos, segundo um estudo recente realizado no Reino Unido pelo UK

Department of Health, que poderemos extrapolar para a Portugal de forma aproximada, representam entre nós menos de 2,5 % das despesas em saúde (no Reino Unido este valor é < 4%, segundo o estudo referido).

A Revista Pontos de Vista foi conhecer mais a fundo este sector, uma área que tem evoluído sobremaneira e que é fundamental ao nível da saúde, sendo importante continuar a apostar fortemente neste sector em prol de serviços de qualidade e excelência, tal como tem vindo a ser realizado até aqui. Ouvimos Jorge Nunes de Oliveira, Presidente da

APAC – Associação Portuguesa de Analistas Clínicos

APAC – Associação Portuguesa de Analistas Clínicos, e ficamos a conhecer as principais potencialidades de um sector que marca a diferença a nível nacional e não só, os diversos problemas que actualmente enfrenta, sem esquecer que o sector convencionado por vezes considerado um «parente pobre» do sistema de saúde em Portugal, é imprescindível para o mesmo.

Mas quem é a Associação Portuguesa de Analistas Clínicos? De que forma é que esta entidade tem vindo a promover a defesa dos interesses dos associados e consequentemente do sector? Fundada há cerca de 33 anos, mais concretamente em 1978, a APAC surge como um movimento associativo de empregadores, tendo como principal desiderato desenvolver e apoiar a actividade dos laboratórios de análises clínicas, tendo como ponto de ordem a promoção da sua actividade sob o ponto de vista científico, económico e social. “Essa defesa tem vindo a ser diariamente colocada em prática e hoje posso garantir que este sector, ou seja, os laboratórios clínicos portugueses, estão perfeitamente preparados para responder aos desafios e exigências colocadas pelos doentes/utentes e às necessidades do sistema de saúde português”, salienta Jorge Nunes de Oliveira.

Representante da maioria dos laboratórios clínicos de proximidade existentes em Portugal, Continente e Ilhas, a APAC tem vindo a percorrer um trilho de sucesso e de confiança, sendo actualmente uma entidade sobejamente conhecida e reconhecida pelos seus pares, tudo fruto do brilhante e enorme trabalho que tem vindo a ser feito ao longo destes anos de existência.

“Intervimos ao nível da regulamentação dos Contratos Colectivos de Trabalho, em protocolos firmados com entidades bancárias e seguradoras no sentido de apoiar a actividade dos sócios. Além disso, promovemos o apoio jurídico e fomentamos a formação contínua e o desenvolvimento de sistemas de gestão de qualidade a serem implementados nos laboratórios de que destacamos o processo de “Dupla Certificação ISO 9001:2008 + Normas para o Laboratório Clínico”, em parceria com a Ordem dos Farmacêuticos, sistema este auditado por entidades externas onde pelo menos um dos auditores deve ser especialista em análises clínicas ou em patologia clínica, e que tem conhecido

“ **Os Laboratórios convencionados portugueses têm capacidade e pessoal altamente especializado – farmacêuticos especialistas em análises clínicas e médicos especialistas em patologia clínica - para responder a estas e outras necessidades e continuar a contribuir, como o têm feito, de forma efectiva, nos últimos 30 anos para os ganhos em saúde registados em Portugal. Qual o motivo que leva os responsáveis pela saúde a não aproveitarem toda esta verdadeira e real CAPACIDADE INSTALADA** ”

desde o ano 2000 um êxito assinalável. Temos neste momento 74 laboratórios com esta dupla certificação”, afirma o presidente da APAC, Jorge Nunes de Oliveira, que referiu ainda que a associação tem também como papel primordial e central na representatividade dos associados da APAC junto dos principais organismos oficiais da saúde como o Ministério da Saúde, A Entidade Reguladora da Saúde, entre outros parceiros intimamente relacionados com o sector das análises clínicas.

Para a APAC a actividade empresarial dos laboratórios tem de estar ligada ao exercício profissional de serviços de saúde na área das análises clínicas. “A nossa singularidade está neste conceito pois entendemos que a saúde é um negócio com características especiais, que não pode estar sujeito à especulação financeira e deve ser bem regulado porque não estamos a negociar um qualquer produto ou serviço. Estamos a falar de saúde humana e de pessoas. Assim, acreditamos que não podemos encarar esta actividade única e exclusivamente

“ **A nossa singularidade está neste conceito pois entendemos que a saúde é um negócio com características especiais, que não pode estar sujeito à especulação financeira e deve ser bem regulado porque não estamos a negociar um qualquer produto ou serviço. Estamos a falar de saúde humana e de pessoas. Assim, acreditamos que não podemos encarar esta actividade única e exclusivamente numa perspectiva económica** ”

numa perspectiva económica”, assevera o nosso entrevistado, assegurando contudo que este facto não deve ser impeditivo de se poupar, mesmo neste sector da saúde. “Naturalmente que existe espaço para pouparmos ao nível da saúde. Temos apenas de procurar onde isso pode acontecer e reduzir os gastos supérfluos e desnecessários”, salienta Jorge Nunes de Oliveira.

Contudo, conforme nos referiu, as restrições económicas por que passam os laboratórios a acentuarem-se, podem pôr em causa serviços que muitos deles têm vindo a prestar de forma praticamente gratuita aos cidadãos e de que é exemplo relevante pela importância que tem, o apoio dado aos doentes hipocagulados, a maioria dos quais é constituída por pessoas idosas e dependentes que exigem um atendimento pessoal pelo especialista do laboratório em análises clínicas ou em patologia clínica com esses doentes e ou seus familiares ou pessoas que lhes são próximas, e uma disponibilidade permanente.

A APAC está perfeitamente convicta que o sector Convencionado das Análises Clínicas, que contribuiu, de forma diria decisiva, para os ganhos em saúde verificados em Portugal nos últimos 30 anos - pela proximidade dos especialistas dos laboratórios (existentes numa rede capilar que cobre todo o país) aos médicos e aos doentes a quem disponibilizam os seus conhecimentos e conselhos de forma acessível, competente e imediata, com um custo totalmente controlável pelo Estado - continua a ser o modelo que melhor responde às necessidades dos cidadãos, que responde às questões da proximidade (porque é real), à humanização dos serviços (porque o doente/utente é livre na sua escolha), que tem um custo acessível (porque efectivamente é possível controlá-lo de forma directa, rápida e clara), sendo ainda o modelo que permite responder aos desafios que uma medicina actual coloca em termos de actualização técnica, de desenvolvimento científico, de acessibilidade, de qualidade e equidade.

A convenção é um conceito que expressa um compromisso entre princípios profissionais e preocupações sociais, que enfileira ao lado das diversas modalidades que têm por finalidade controlar o aumento das despesas de saúde que nasceu dos princípios mais tradicionais da actividade médica e consagra “cedências” dos profissionais de saúde na fixação dos honorários, dando lugar a tabelas negociadas entre o Ministério da Saúde e as respectivas Associações representativas.

A negociação de Nomenclatura e preços dos exames de análises clínicas que têm acontecido com os dois últimos governos (Agosto de 2010 e Setembro de 2011) demonstra a actualidade e interesse do sistema convencionado.

Não percebemos por isso o motivo pelo qual os laboratórios convencionados não são considerados como parceiros e não fazem parte de forma efectiva e de corpo inteiro, da organização dos serviços de saúde e de forma particular não é feita a sua articulação com os Cuidados de Saúde Primários cuja importância tem sido muito referida e que são um sector que merecerá a particular atenção do Governo e porque não foi possível até agora, possibilitar a qualquer médico, em qualquer lugar e a qualquer hora, ter acesso, via Internet segura, aos históricos analíticos dos doentes, existentes nos sistemas informáticos dos laboratórios convencionados, que a APAC vem propondo, sem sucesso junto das autoridades, e que permitiria ganhos económicos e uma maior celeridade de diagnósticos e tratamentos em muitas situações.

Para além do “esquecimento” parece haver uma política de destruição do sector convencionado das análises clínicas, porventura porque não interessa a um certo “loby público”, que nos últimos tempos inventou o jargão da “Capacidade Instalada”, que se sente “ameaçado” por poder vir a ter a concorrência da actividade privada de laboratórios com quem poderá ser comparada em termos de qualidade e acessibilidade na presta-



ção destes serviços de saúde e, porque não dizê-lo, também a um outro tipo de interesses privados que encaram a saúde como um negócio essencialmente financeiro onde a especulação é considerada perfeitamente natural e legítima. A APAC entende que o sector das análises clínicas não poderá ser um serviço unicamente público, sem controlo, nem regras, onde nunca se sabe qual é o seu custo real, nem um serviço privado ao sabor dos arbítrios da especulação financeira também sem quaisquer regras. Um pouco por todo o país têm surgido ultimamente iniciativas por parte de entidades públicas, realizadas em nome do aproveitamento de uma “capacidade instalada” desconhecida, de contornos duvidosos sob aspectos muito diversos,

e de autonomias administrativas cujos actos não são avaliados nem minimamente enquadrados com a realidade social.

Substituem-se assim laboratórios convencionados, que são controlados, por estruturas de custos desconhecidos que prestam serviços com uma qualidade desconhecida e com piores resultados sob todos os pontos de vista.

A “capacidade instalada” de um laboratório é infinita quer ele seja do sector público quer do sector privado e representa a capacidade que as multinacionais da indústria do diagnóstico *in vitro*, que legitimamente fazem os seus negócios e aproveitam as situações, estão dispostas a colocar à disposição de mega-estruturas laboratoriais de que se

tornam “verdadeiras donas” pelas dependências que criam.

A APAC que tem uma prática efectiva de defesa dos interesses dos seus associados mas numa perspectiva de defesa do interesse público, porque representa entidades inseridas no tecido social português do qual fazem intimamente parte, gostaria de ver tornados públicos:

- os custos dos laboratórios do sector público (tal como são conhecidos os do sector privado)

- os gastos realizados em nome da “capacidade instalada” nos locais onde os laboratórios convencionados têm sido substituídos por um serviço inteiramente público, assim como os contractos realizados, nos dois últimos anos para “instalar a capacidade instalada”.

“ *Essa defesa tem vindo a ser diariamente colocada em prática e hoje posso garantir que este sector, ou seja, os laboratórios clínicos portugueses, estão perfeitamente preparados para responder aos desafios e exigências colocadas pelos doentes/utentes e às necessidades do sistema de saúde português* ”

- os custos excessivos, diríamos em alguns casos escandalosos, e o número de doentes abrangidos com o controlo de doentes sujeitos a tratamento hipocoagulante, realizados em Centros de Saúde, Unidades de Saúde Familiar, Unidades Locais de Saúde e Hospitais.
- os custos e o número de doentes abrangidos com a auto-monitorização dos diabéticos Tipo II não insulino-dependentes, realizada nos Centros de Saúde incluindo os meios disponibilizados aos próprios doentes.
- os custos do descontrolo no que respeita às resistências aos antibióticos que não são hoje um problema exclusivamente hospitalar.

São exemplos concretos de áreas onde os laboratórios convencionados, em muitos casos e regiões do país, têm prestado um verdadeiro serviço público de forma praticamente gratuita e que poderia ser desenvolvida e alargada com custos para o Estado mais baixos e controlados e benefícios muito significativos para os doentes.

Os Laboratórios convencionados portugueses têm capacidade e pessoal altamente especializado – farmacêuticos especialistas em análises clínicas e médicos especialistas em patologia clínica - para responder a estas e outras necessidades e continuar a contribuir, como o têm feito, de forma efectiva, nos últimos 30 anos para os ganhos em saúde registados em Portugal. Qual o motivo que leva os responsáveis pela saúde a não aproveitarem toda esta verdadeira e real CAPACIDADE INSTALADA? 